



Ref.: Pregão Presencial Para Registro de Preços nº. 058/2022.

CONTRATO PARA EVENTUAL E FUTURA
AQUISIÇÃO DE INSUMOS CORRELATOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE
SAÚDE E A EMPRESA CLEAN MED
DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS
HOSPITALARES LTDA.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, situado na Praça Governador Roberto Silveira, 144 – Centro – Bom Jardim/RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 11.867.889/0001-25, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde **WUELITON PIRES**, brasileiro, divorciado, portador da Carteira de Identidade nº 08891332-2, expedida pelo IFP, inscrito no CPF/MF sob o nº 781.922.777-04, com endereço profissional na Praça Governador Roberto Silveira, nº. 44, Centro, Bom Jardim/RJ, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a empresa **CLEAN MED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 35.310.607/0001-52, com sede na Rua João Gouveia Souto nº. 293, bairro Hospital, Miracema/RJ, CEP 28.460-000, neste ato representada por **ALESSANDRO ECARD DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 12.106.149-3, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 079.653.937-51, a seguir denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente instrumento, na modalidade de Pregão Presencial Para Registro de Preços nº. 058/2022, previsto na Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, bem como no Decreto Municipal nº 1.393/2005, de 08 de abril de 2005, e da Lei nº. 8.666/93, constante dos autos dos Processos Administrativos nº. 6.133/2021, acordam e ajustam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais legislações pertinentes, pelos termos da proposta da Contratada e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

O presente contrato tem por objeto eventual e futura aquisição de Insumos Correlatos para uso nas Unidades Básicas de Saúde e dispensação a pacientes, por período

[illegible]

6

Lines



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

estimado de 12 (doze) meses, para atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações no Anexo I – Termo de Referência, do presente Edital.

Parágrafo único – Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital, juntamente com seus anexos e a proposta da Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O Contrato começará a vigor a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços e findará em 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

Pelo objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor estimado de **R\$ 127.391,82 (cento e vinte e sete mil, trezentos e noventa e um reais e oitenta e dois centavos), pelos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 19, 20, 24, 25, 31, 36, 38, 42, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 61, 66, 68, 69, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 89 e 95.**

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (ART. 55, III, alíneas c e d)

O CONTRATANTE terá:

Parágrafo Primeiro – O prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data do recebimento definitivo, para realizar o pagamento, nos casos de serviços recebidos cujo valor não ultrapasse R\$17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), na forma do art. 5º, §3º da L8666/93, observado o disposto no cronograma de desembolso.

Parágrafo Segundo – O prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento, para realizar o pagamento, nas demais hipóteses, observado o disposto no cronograma de desembolso.

Parágrafo Terceiro – Os documentos fiscais serão emitidos em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº 11.867.889/0001-25, situado na Praça Governador Roberto Silveira, nº 44, Centro, Bom Jardim - RJ, CEP 28660-000.

Parágrafo Quarto – Junto aos documentos fiscais, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos de habilitação e regularidade fiscal e trabalhista com validade atualizada exigidas no instrumento convocatório e seus anexos.

GIANCARLO
BARBOSA
TOSTES:03059
246726

Assinado digitalmente por GIANCARLO
BARBOSA TOSTES:03059246726
NO: C=BR, O=CP-Brasil, OU=Secretaria de
Recursos Humanos do Brasil - RFB, OU=RFB e CPF
AT, OU=VALID, OU=AR SIG CERTIFICADORA,
OU=Presencial, OU=22065332000197, CN=
GIANCARLO BARBOSA TOSTES:03059246726
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2022.09.15 17:29:43-03'00"
Font: PDF Reader Versão 12.0.1



3



CLÁUSULA QUINTA – RECURSO FINANCEIRO (ART. 55, V)

PROG. DE TRABALHO	NAT. DESPESA	FONTE
0800.1030100652.075	3390.30.00	00
0800.1030100652.207	3390.30.00	00
0800.1030201242.995	3390.30.00	00
0800.1030400672.206	3390.30.00	00

Parágrafo Segundo - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará a adjudicatária para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

Resumo: digitalmente por GIANCARLO
BARBOSA TOSTES 03059248728
NO: E-BA, O=C/F-Brasil, O=Secretaria de
Recursos Humanos do Brasil - RFB, OU=RRFB e C=FF
AI, OU=VALDILUI GUARARJES CERTIFICADORA,
OU=Presencial, CN=2208532000101, CN=
GIANCARLO BARBOSA TOSTES 03059248728
Nada: Eu sou o autor deste documento.
Localização:
Data: 2022/09/15 17:28:54-03:00
Formato: PDF, Reader Version: 12.0.3

File



Parágrafo Terceiro - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

Parágrafo Quarto - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Parágrafo Quinto - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá liberar a adjudicatária do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade quando confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

Parágrafo Sexto - Os licitantes remanescentes serão convocados para fornecer o produto pelo preço registrado, observada a classificação original.

Parágrafo Sétimo - Não será aplicada penalidade ao licitante convocado na forma deste item que não aceitar a proposta da Administração.

Parágrafo Oitavo - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO, FORMA E LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO,
DETALHAMENTO DO OBJETO (ART. 55. IV)

A Administração emitirá por escrito ordem de fornecimento, com a quantidade e identificação dos bens que serão fornecidos, o local de fornecimento, o prazo máximo para a entrega, a identificação e assinatura do gestor responsável pela emissão da ordem e a identificação da pessoa jurídica a que se destina a ordem.

Parágrafo Primeiro - Os bens a serem adquiridos serão fornecidos em remessa parcelada, conforme ordens de fornecimento, em prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento desta, no seguinte endereço: Almoxarifado da Secretaria de Saúde, sito a Avenida Tancredo Neves, 441- Térreo – Edifício Filinho – Bairro Maravilha – Bom Jardim/RJ, de 2ª a 6ª feira de 09h às 16h. Os mesmos deverão ser conferidos e recebidos pelo Chefe do setor, que atestará a Nota Fiscal ou alguém delegado por ele, devendo ser servidor estatutário.

GIANCARLO
BARBOSA
TOSTES:03059246726

Aggiungi direttamente su COME.ARE.it la tua
TUA COMUNICAZIONE
NEL 2014, il tuo spazio di comunicazione per la tua
azienda, il tuo business, il tuo progetto. Al tuo servizio, COME.ARE.it
ti offre la possibilità di pubblicare la tua comunicazione
ON-LINE, in modo da rendere la tua comunicazione
più efficace e più visibile.
Per info e per la tua comunicazione
contattaci al numero 02 58 58 58 58
o al numero 02 58 58 58 58
o al numero 02 58 58 58 58
o al numero 02 58 58 58 58

5



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Parágrafo Segundo - O prazo para conclusão do fornecimento dos bens requisitados poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições da contratação e assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no §1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Terceiro - Os bens serão recebidos provisoriamente pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no instrumento convocatório, em seus anexos ou na proposta.

Parágrafo Quarto - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no instrumento convocatório, em seus anexos ou na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 dias úteis, a contar da notificação ao adjudicatário, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Parágrafo Quinto - Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado ou ateste das notas fiscais.

Parágrafo Sexto - Caso a verificação de conformidade não seja procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

Parágrafo Sétimo - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES (ART. 55, VII)

Parágrafo primeiro: Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) Emitir a ordem de início e receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do instrumento convocatório e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

GIANCARLO
BARBOSA
TOSTES:03059246726

Assinado digitalmente por GIANCARLO BARBOSA
TOSTES:03059246726
MDF:CHN, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria do Estado Federal
do Rio de Janeiro, OU=PROG, CN=PROG, OU=PROG, CN=PROG
DETERMINAÇÃO, OU=Presencial, OU=PROG, CN=PROG, CN=PROG
GIANCARLO BARBOSA TOSTES:03059246726
Fórmula de uso e validação do documento
Data: 2020.06.16 17:27:54.000000
Formato: PDF Reader versão: 12.0.1



- Parágrafo segundo:** Constituem obrigações da CONTRATADA:

- GIANCARLO
BARBOSA
TOSTES:03059246
726

[illegible]

fine



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- h) Comunicar à Administração sobre qualquer alteração no endereço, conta bancária ou outros dados necessários para recebimento de correspondência, enquanto perdurar os efeitos da contratação;
- i) Receber as comunicações da Administração e respondê-las ou atendê-las nos prazos específicos constantes da comunicação;
- j) Arcar com todas as despesas diretas e indiretas decorrentes do objeto, tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, transporte, depósito e entrega dos objetos.
- k) Apresentar, no momento da assinatura do contrato, caso seja Fundação, junto ao ato constitutivo, Certidão de Regularidade expedida pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, Promotoria de Justiça das Fundações, conforme determina Resolução Complementar nº 15/2005;
- l) Apresentar, no momento da assinatura do contrato, AFE – Autorização de Funcionamento da Empresa, emitido pela ANVISA, e Alvará expedido pela vigilância Sanitária da Sede do licitante, tendo em vista tratar-se de material médico-hospitalar.
- m) O prazo de validade dos insumos no momento da entrega dever ser no mínimo de 75% de sua validade, contados da data de fabricação. O Cálculo a ser considerado será: $\% \text{ Validade} = A/B * 100$; onde: A = Cálculo da quantidade de dias obtido pela diferença entre a data de entrega dos insumos e a data de vencimento. B = Cálculo da quantidade de dias obtido pela diferença entre a data de fabricação do insumo e sua data de vencimento;
- n) Juntamente com o fornecimento dos itens 45 e 46 a empresa vencedora do certame deverá fornecer em regime de comodato 01 (uma) seladora de papel para o Papel Grau Cirúrgico especificado, com especificações técnica mínimas exigidas pela ANVISA, a ser utilizado pela Coordenação de Atenção Básica.

CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL (ART. 55, VII).

Pela inexecução total ou parcial do contrato, bem como pela inobservância das regras estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos, a CONTRATADA ficará sujeita aos termos do disposto nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo-lhe aplicada, garantidas a prévia defesa, as seguintes penalidades:

I – Advertência;

GIANCARLO
BARBOSA
TOSTES:03059246
726

Assinado digitalmente por GIANCARLO BARBOSA
TOSTES:03059246726
MDF-C=BR, CN=CIP-Brasil, OU=Secretaria de Receita
Federal do Brasil - RFB, OU=RSB e-CPF A1, OU=
VÁLID, OU=AR SIG CERTIFICADORA, OU=
Presencial, OU=5208532000197, CN=GIANCARLO
BARBOSA TOSTES:03059246726
Razão: Sou eu o autor deste documento
Localização
Data: 2023.09.15 17:27:11-0100
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.1

8



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

II – Multa(s);

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo Primeiro – São infrações leves as condutas que caracterizam inexecução parcial do contrato, mas sem prejuízo à Administração, em especial:

I – Não fornecer os bens conforme as especificidades indicadas no instrumento convocatório e seus anexos, corrigindo em tempo hábil o fornecimento;

II – Não observar as cláusulas contratuais referentes às obrigações, quando não importar em conduta mais grave;

III – Deixar de apresentar imotivadamente qualquer documento, relatório, informação, relativo à execução do contrato ou ao qual está obrigado pela legislação;

IV – Apresentar intempestivamente os documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de licitação.

Parágrafo Segundo – São infrações médias as condutas que caracterizam inexecução parcial do contrato, em especial:

I – Reincidir em conduta ou omissão que ensejou a aplicação anterior de advertência;

II – Atrasar o fornecimento ou a substituição dos bens;

III – Não completar, de forma parcial, o fornecimento dos bens.

Parágrafo Terceiro - São infrações graves as condutas que caracterizam inexecução parcial ou total do contrato, em especial:

I – Recusar-se, sem a devida justificativa, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;

II – Atrasar o fornecimento dos bens em prazo superior a 07 (sete) dias úteis.

III – Atrasar reiteradamente o fornecimento ou substituição dos bens.

GIANCARLO
BARBOSA
TOSTES:03059246726

Assinatura digitalizada por GIANCARLO BARBOSA TOSTES 03059246726
CPF: 03059246726 - 03059246726 - 03059246726 - 03059246726
Assinatura: 03059246726 - 03059246726 - 03059246726
Data: 2020-06-15 17:28:03
PDF: 03059246726 - 03059246726 - 03059246726

9



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

IV - Não atender prontamente a solicitação da Chefia do Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Quarto - São infrações gravíssimas as condutas que induzam a Administração a erro ou que causem prejuízo ao erário, em especial:

I – Apresentar documentação falsa;

II – Simular, fraudar ou não iniciar a execução do contrato;

III – Praticar atos ilícitos visando frustrar os objetivos da contratação;

IV – Cometer fraude fiscal;

V – Comportar-se de modo inidôneo;

VI – Não manter sua proposta;

VII – Não recolher os tributos, contribuições previdenciárias e demais obrigações legais, incluindo o FGTS, quando cabível.

Parágrafo Quinto – Será aplicada a penalidade de advertência às condutas que caracterizam infrações leves que importarem em inexecução parcial do contrato, bem como a inobservância das regras estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.

Parágrafo Sexto – Será aplicada a penalidade de multa às condutas que caracterizam infração média, grave ou gravíssima que importarem em inexecução parcial ou total do contrato, bem como a inobservância das regras estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos, observada as seguintes gradações:

a) Para as infrações médias, o valor da multa será arbitrado entre 1 a 30 UNIFBJ;

b) Para as infrações graves, o valor da multa será arbitrado entre 31 a 60 UNIFBJ;

c) Para as infrações gravíssimas, o valor da multa será arbitrado entre 61 a 100 UNIFBJ.

Parágrafo Sétimo - Será aplicada a penalidade de suspensão temporária, que poderá ser cumulativamente com a penalidade de multa, quando a CONTRATADA, se recusar

GIANCARLO
BARBOSA
TOSTES:030592
46726

Assinado digitalmente por GIANCARLO
BARBOSA TOSTES:03059246726
NO: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria de
Regalia Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF
AT: GUNVALID, OU=AR SIG CERTIFICADORA,
OU=Presencial, OU=22065332000197, CN=
GIANCARLO BARBOSA TOSTES:03059246726
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2022.09.15 17:26:07-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.1

10



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

a adotar as medidas necessárias para adequar o fornecimento às especificidades indicadas no instrumento convocatório e seus anexos, por até 02 (dois) anos.

Parágrafo Oitavo - Será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade, que poderá ser cumulativamente com a penalidade de multa, quando a CONTRATADA cometer infração gravíssima com dolo, má-fé ou em conluio com servidores públicos ou outras licitantes.

Parágrafo Nono - A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal produz efeitos apenas para o Município de Bom Jardim - RJ.

Parágrafo Décimo - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública produz efeito em todo o território nacional.

Parágrafo Décimo Primeiro - Para assegurar os efeitos da declaração de inidoneidade e da suspensão temporária, a Administração incluirá as empresas sancionadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, até a reabilitação da empresa sancionada.

Parágrafo Décimo Segundo - A reabilitação da declaração de inidoneidade será concedida quando a empresa ou profissional penalizado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos de sua aplicação.

Parágrafo Décimo Terceiro - Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, quando o licitante vencedor não mantiver a sua proposta no respectivo prazo de validade; ou ainda quando se recusar a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, esta poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para substituir o licitante faltoso.

Parágrafo Décimo Quarto - As penalidades de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, dispostas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, poderão ser aplicados aos profissionais ou às empresas que praticarem os ilícitos previstos nos incisos do art. 88 do mesmo diploma legal, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

GIANCARLO
BARBOSA
TOSTES:0305924
6726

Assinado digitalmente por GIANCARLO BARBOSA
TOSTES 03059246726
NO: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF AT, OU=
VALID, OU=AR SIG CERTIFICADORA, OU=
Presencial, OU=2085532000197, CN=
GIANCARLO BARBOSA TOSTES 03059246726
Razão: Eu sou o autor deste documento
Linha/Seção
Data: 2022.09.15 17:26:47-0300
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.1

11
efines



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Parágrafo Décimo Quinto - Serão utilizados, para conversão dos valores das multas em moeda corrente, os valores atuais da unidade fiscal de referência de Bom Jardim – UNIFBJ, na forma do art. 439 do Código Tributário Municipal (LCM nº 218/2016), equivalente a 44,27 (quarenta e quatro inteiros e vinte e sete centésimos) de UFIR-RJ.

Parágrafo Décimo Sexto - As multas aplicadas deverão ser recolhidas em favor do Município no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

Parágrafo Décimo Sétimo - As multas aplicadas e não recolhidas no prazo do instrumento convocatório serão inscritas em dívida ativa e executadas judicialmente conforme o disposto na Lei Federal nº 6.830/80 e na legislação tributária vigente, acrescida dos encargos correspondentes.

Parágrafo Décimo Oitavo - As penalidades só poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito ou força maior, devidamente justificado e comprovado, a juízo da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA – DURAÇÃO, ALTERAÇÃO, CANCELAMENTO E REVOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A ata de registro de preços terá duração de 12 (doze) meses, com eficácia na forma do art. 61, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93, sendo vedada sua prorrogação e com termo inicial de vigência a partir de sua assinatura.

Parágrafo Primeiro - As contratações oriundas da ata de registro de preços terão duração idêntica a esta, observados os prazos para fornecimento e pagamento pela Administração.

Parágrafo Segundo - As obrigações disciplinadas na ata de registro de preços e no instrumento convocatório poderão ser alteradas por comum acordo das partes, após justificativa da Administração, nas seguintes hipóteses:

I – Quando conveniente a substituição de garantia de execução;

II – Quando necessária a modificação da forma de fornecimento ou da dinâmica de execução, em razão da verificação técnica de inaplicabilidade dos termos originais;

III – Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, sendo vedada a antecipação do pagamento sem a correspondente contraprestação do fornecimento;

GIANCARLO
BARBOSA
TOSTES:03059246
726

Assinado digitalmente por GIANCARLO BARBOSA
TOSTES:03059246726
NO: 5+BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, OU=ITB e-CPF A1, OU=VIA10, OU=AR SIG CERTIFICADORA, OU=Prevenção, OU=22055332000197, CN=GIANCARLO
BARBOSA, TOSTES:03059246726
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2022/09/15 17:25:31-0300
Font PDF Reader Versão: 12.0.1



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

IV – Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, quando sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Parágrafo Terceiro – O registro do fornecedor será cancelado quando:

- I – Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- II – Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III – Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- IV – Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- V – O cancelamento de registros será formalizado por despacho da Administração, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- VI – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

Parágrafo Quarto - A ata de registro de preços será revogada quando não restarem fornecedores registrados ou por razões de interesse público, devidamente fundamentado.

CLÁUSULA ONZE - RESCISÃO (ART. 55, VIII E IX)

O presente CONTRATO poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei 8.666/93.

Parágrafo Único - A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei 8.666/93.

GIANCARLO
BARBOSA
TOSTES:030592467
26

Assinado digitalmente por GIANCARLO BARBOSA
TOSTES:03059246726
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, CN=RFB e-CPF A1, OU=VALID
GIANCARLO CERTIFICADORA, CN=Presença, CN=
200608091197, C=BR, O=GIANCARLO BARBOSA,
TOSTES:03059246726
Razão: Exibiu o autor deste documento
Localização:
Data: 2022/05/15 17:25:16-0300
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.1



CLÁUSULA DOZE – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL (ART. 55, XII)

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA TREZE – TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

Todas as comunicações entre a Administração e a CONTRATADA serão feitas por escrito, preferencialmente por meio eletrônico.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA, ao apresentar sua proposta comercial, deverá informar seu endereço para correio eletrônico, ou caso não disponha, o seu endereço comercial para recebimento das comunicações.

Parágrafo Segundo - Presumem-se válidas as intimações e comunicações dirigidas aos endereços informados pela CONTRATADA, incluindo as comunicações por meios eletrônicos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada à Administração, fluindo os prazos a partir da juntada do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço.

Parágrafo Terceiro - Fica facultado à Administração comunicar à Contratada por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, caso os métodos usuais não sejam efetivos, sem prejuízo do previsto no parágrafo segundo.

CLÁUSULA QUATORZE – DA PUBLICAÇÃO (ART. 61, PARÁGRAFO ÚNICO).

A contratante deverá providenciar no prazo máximo de até 20 dias, contatos da assinatura do presente contrato a publicação do respectivo extrato no jornal oficial do município.

CLÁUSULA QUINZE – CASOS OMISSOS (ART. 55, XII).

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DEZESSEIS - FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO

A fiscalização da contratação caberá aos servidores Christiano de Paula – Auxiliar Administrativo I, Mat. 12/1975 – SMS, CPF nº 041.069.727-35 e Eno Carlos Feliciano

GIANCARLO BARBOSA
TOSTES:03059246726

Assinado digitalmente por GIANCARLO BARBOSA TOSTES:03059246726
Data: 2023.05.11 17:24:52-03:00
Post PDF Reader Versão: 12.0.1



Parágrafo Primeiro – Na falta ou impedimento do fiscal, este será substituído pelo seu suplente, a ser indicado pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – As decisões que ultrapassarem a competência da fiscalização e gestão do contrato serão solicitadas formalmente à autoridade superior administrativa em tempo hábil para adoção das medidas saneadoras.

Parágrafo Terceiro – O gerenciamento da contratação e da ata de registro de preço é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, representada pelo Sr. Wueliton Pires – Secretário Municipal de Saúde – Mat. 11/2035 – SMS.

CLÁUSULA DEZESSETE - FORO (ART. 55, § 2º)

Fica eleito o foro da Comarca de Bom Jardim, RJ, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três vias) iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Bom Jardim / RJ, 08 de setembro de 2022.

Bom Jardim / RJ, 08 de setembro de 2019


FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE

CLEAN MED DISTRIBUIDORA
DE PRODUTOS
HOSPITALARES:3531060700
0152

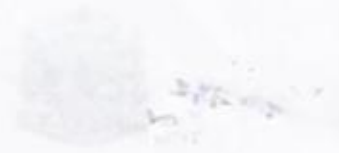
CLEAN MED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CONTRATADA

GIANCARLO BARBOSA
TOSTES: 03059246726

Testemunhas:

Aline Antunes da Silva
CPF nº: 170.671.917-50

Antonio Cláudio de Oliveira
CPF nº.: 974.019.357-91



Secretaria Municipal de Saúde

Extrato de Contrato nº. 091/2022

Pregão Presencial Para Registro de Preços nº. 058/2022.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde;

Contratado: CLEAN MED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES
LTDA.

Objeto: O presente contrato tem por objeto eventual e futura aquisição de Insumos Correlatos para uso nas Unidades Básicas de Saúde e dispensação a pacientes, por período estimado de 12 (doze) meses, para atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações no Anexo I - Termo de Referência, do presente Edital.

Dotação orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas com a seguinte dotação orçamentária: P.T: 0800.1030100652.075.0800.1030100652.207.0800.1030201242.995 e 0800.1030400672.206 e N.D: 3390.30.00.

Valor: Pelo objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor estimado de R\$ 127.391,82 (cento e vinte e sete mil, trezentos e noventa e um reais e oitenta e dois centavos), pelos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 19, 20, 24, 25, 31, 36, 38, 42, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 61, 66, 68, 69, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 89 e 95.

Prazo: O Contrato começará a vigor a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços e terminará em 12 (doze) meses.

Fundamento: Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02.

Processo Administrativo nº.: 6133/2021